

# A Geografia na Contemporaneidade

## 2

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
<a href="#">Ana Carolina Lydia</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
<a href="#">Iapony Rodrigues Galvão</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
<a href="#">Ismael Donizete Cardoso de Moraes</a>	
<a href="#">Vanilton Camilo de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
<a href="#">Cássia Hack</a>	
<a href="#">Celi Nelza Zülke Taffarel</a>	
<a href="#">Sicleide Gonçalves Queiroz</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
<a href="#">Reinaldo Pacheco dos Santos</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
<a href="#">Fátima Regina Cividini</a>	
<a href="#">Valdir Gregory</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
<a href="#">Romisval Silva dos Santos</a>	
<a href="#">Elane Bastos de Souza</a>	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

**CAPÍTULO 8 ..... 83**

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1931821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211212**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211213**

**CAPÍTULO 14 ..... 152**

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.19318211214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>182</b>
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>193</b>
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>208</b>
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>218</b>
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>249</b>
FORMAS DE ACESSO À TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>260</b>
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211222</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>269</b>
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>294</b>
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>309</b>
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.19318211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>319</b>

## OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE

### **Alberto Pereira Lopes**

Professor Doutor do curso de Lic.Geografia  
Araguaína-TO/UFT

Email: beto@uft.edu.br

Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos agrários e  
Direitos Humanos

**RESUMO:** O Tocantins tem sido o território de luta dos contrários entre camponeses e donos dos meios de produção diante da expansão do agronegócio, com sua característica tecnológica de alta produtividade, porém excludente promotora da miséria, da violência e da injustiça social. O objetivo deste trabalho é compreender os conflitos no campo, a partir da expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, nos municípios de Barra do Ouro e Campos Lindos-TO. Os instrumentos metodológicos estão relacionados com as fontes bibliográficas e trabalho in loco. As formas de luta dos camponeses são contra a reprodução do capital em seus aspectos contraditórios, em que concentra riqueza e marginaliza os trabalhadores, em termos do trabalho e da violência gerando o conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tocantins, terra, conflito, violência

**ABSTRACT:** The Tocantins state has been the territory of a conflict between the peasants

and the owners of the means of production in regarding of the expansion of agribusiness within its technological characteristic of high productivity and exclusionary promoter of misery, violence and social injustice. The objective of this work is to understand the conflicts in the countryside, which are the outcome of the expansion of agribusiness in the State of Tocantins in the municipalities of Barra do Ouro and Campos Lindos-TO. The methodological tools rely on bibliographic sources and work in loco. The reasons behind the peasant's struggle are against the reproduction of capital in its contradictory aspects, which concentrates wealth and marginalizes the workers in terms of labor and violence and generates conflict.

**KEY-WORDS:** Tocantins, land, conflict, violence

### 1 | INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira baseia-se na concentração da terra, e têm sido um dos principais pilares para a consolidação do poder das oligarquias desde nossa formação territorial baseada na apropriação e consolidação da grande propriedade. Os ruralistas impõem políticas contra a reforma agrária, de um lado, criando os conflitos e assassinando os trabalhadores para permanecer com sua expansão fundiária e concentrando riquezas e,

por outro lado, gerando as desigualdades socioeconômicas.

O objetivo deste trabalho é compreender os conflitos no campo, a partir da expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, com singularidade nos municípios de Barra do Ouro e Campos Lindos em que os camponeses têm sido vítimas da expropriação e violência praticada pelos donos dos meios de produção baseado no agronegócio com vasta plantação da soja. Além de analisar o que representa o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) para as comunidades tradicionais no contexto do processo produtivo.

Os instrumentos utilizados na pesquisa a fim de obtermos os resultados, visam estabelecer parâmetros de investigação por meio das técnicas que irão fornecer elementos para o campo de interesse.

O primeiro passo, a ser dado foi à pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, o que nos permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens a fim de dar embasamento teórico e histórico em relação ao problema levantado. As fontes bibliográficas servirão como base teórica na ótica do tema em estudo como: periódicos, livros, teses, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos, que tratam de estudos sobre as comunidades tradicionais, os conflitos, as relações capitalistas e não-capitalistas no campo, os camponeses etc., que permitem trazer bases teóricas pertinentes ao objeto do trabalho, para chegarmos a resultados consistentes.

Estes resultados nos mostram respostas precisas sobre as comunidades ribeirinhas nesta chamada fronteira recente brasileira. Levantamos, por meio de documentação indireta, dados que estão disponibilizados em sites. Além das fontes indiretas, buscamos dados mais específicos sobre as comunidades tradicionais especificamente os posseiros na cidade de Barra do Ouro –TO, e Campos Lindos-TO em que trabalhamos por meio de roteiros de entrevistas e conversa informal com os posseiros vítimas da expropriação diante da violência que se estabelece.

Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (GEADH), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, que busca compreender a questão agrária no Brasil e discutir os direitos dos pequenos trabalhadores, comunidades tradicionais, o direito da criança e do adolescente, conforme está registrado e certificado pela instituição.

## **2 | PARA INICIAR[...]**

As organizações camponesas resistiram por séculos e muitas décadas aos conflitos, às pressões e à violência por parte do Estado conservador e dos grandes proprietários de terras vinculados às estratégias políticas governamentais.

A terra a partir do momento que se torna mercadoria de valor constitui um bem precioso concentrada nas mãos de uma minoria com o apoio do Estado desde a Colonização, inserida nos propósitos do capitalismo mercantil, em que formou a classe dominante, que perdura com outras estratégias nos dias atuais.

Assim, a terra foi sempre um bem de concentração e poder por parte das elites dominantes, que criaram seus pactos políticos para que a estrutura fundiária permanecesse inalterada, razão pela qual a classe trabalhadora camponesa sempre foi excluída. No entanto, são esses camponeses que se organizam e reivindicam seus direitos, construindo a base para o processo de luta contra os latifundiários e a favor da reforma agrária.

O resultado da conquista da terra, introduzida pela reforma agrária brasileira, baseia-se nas manifestações e reivindicações feitas pelos os camponeses, que no decorrer da história tem resistido todo o processo de violência, entre os quais estão alguns movimentos: Canudos, o Cangaço, quilombos, as organizações das ligas camponesas, barragens, extrativistas, posseiros entre outros, que abriram caminho para o fortalecimento de uma consciência na construção do espaço político camponês formando novas frentes mais sólidas.

A questão agrária não pode estar vinculada apenas a distribuição da parcela, mas, sobretudo, à política de assistência e proteção da economia rural, como menciona o Estatuto da Terra em seu artigo 73. Assim, a reforma agrária passaria a atender as necessidades básicas dos assentados, sem precisar os mesmos ter uma relação temporária com a terra. GRAZIANO DA SILVA (1998, p.106) afirma que “a reforma agrária é hoje a expressão da reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho [...]”. É preciso pensar numa reforma estrutural no campo, mediante as políticas públicas aos trabalhadores que lutam pelo acesso a terra, em muitos casos ocasionando o conflito.

Portanto, os conflitos perduram nos dias atuais diante da hegemonia do latifúndio alicerçado com as novas tecnologias, novas roupagens com o advento do agronegócio que evidencia sua eficiência econômica e política com financiamentos a juros baixos e renegociação/perdão de dívidas.

As relações de trabalho do agronegócio estão pautadas na acumulação primitiva do capital que não correspondem ao sistema capitalista, como a superexploração do trabalho, violências físicas e veladas, a peonagem, o trabalho escravo por dívida, para a reprodução do capital de uma maneira em que seus produtos no mercado externo tenham uma melhor concorrência.

Assim, pensamos que o agronegócio de fato tem se desenvolvido de maneira que seu processo produtivo é bastante competitivo mediante as tecnologias de ponta usada pelos os donos dos meios de produção e que causa desigualdade social e econômica.

A partir desta argumentação Singer (2000, p. 60) destaca o discurso que temos nos deparados a respeito da desigualdade:

Os estruturalistas enxergam a desigualdade como uma decorrência natural da economia de mercado, que precisa ser contrabalançada por mecanismos que redistribuam a renda, direta ou indiretamente, dos ricos aos pobres. Os individualistas atribuem a maior parte da desigualdade às tentativas bem-intencionadas, contudo contraproducentes, de resolvê-la por meios institucionais. Eles vislumbram a origem

da desigualdade nas naturais e inevitáveis diferenças entre os indivíduos.

Nestes termos, estas categorias são integradoras, ou seja, uma não exclui a outra diante da própria condição de desigualdade e contradição que o sistema capitalista apresenta em sua forma articulada na dinâmica da acumulação do capital. Para compreendermos esta relação de desigualdade social, econômica o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira entende esse processo de desigualdade e contradição dentro do sistema capitalista.

O que isso significa? Significa que, para entendermos a distribuição social e/ou territorial das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, devemos compreender que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada país ou nação. Ou seja, cada formação econômico-social concreta no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente. (OLIVEIRA, 1994, p. 49)

Essa contradição encontra-se nas relações de trabalho entre capitalistas/fazendeiros/capitalistas com o trabalhador, que tem a única forma de sobreviver a sua mão de obra que está disponível para os donos dos meios de produção. Dessa maneira, as relações capitalistas criam outras formas de relações pautadas na acumulação primitiva do capital, em que o trabalhador é obrigado a se alienar as formas de trabalho que serão oferecidas pelos capitalistas por não ter outro meio de sobrevivência, a chamada mais-valia absoluta. A este respeito podemos exemplificar o sistema de peonagem nas fazendas de produção de commodities, como soja, carvão, milho, cana-de-açúcar em que o trabalhador é submetido a um trabalho exaustivo e sem direitos trabalhistas.

Trata-se de uma relação não capitalista de produção, em que a ausência do assalariamento é essencial para produção e reprodução do capital. O trabalhador é subordinado, e o seu ganho é disfarçado de salário. É a forma mais exorbitante de exploração do trabalho alheio. Nestes termos, Martins (1998, p. 21) afirma que:

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.

Portanto, as velhas práticas tornam-se maculadas diante da nova prática do chamado agronegócio baseado no processo produtivo em alta escala para o mercado capitalista global, com sua expansão contraditória e desigual de relações não capitalistas de produção para acumulação do capital. Essa nova modalidade chamada de agricultura moderna tem em seu caráter a exploração da mais-valia, sobretudo social, como também a produção de mercadorias para o mercado externo.

Nestes termos, o agronegócio surge com uma nova abordagem de defesa do processo produtivo e expansão da terra para a solução do abastecimento de alimentos

seja para o mercado interno e externo, eliminando assim a fome e a pobreza. Essa é a visão dos seus defensores, que buscam nos transgênicos como solução para matar a fome dos que não tem acesso a alimentação.

Todavia, observa-se que o discurso é uma forma de defesa dos donos dos meios de produção bastante propícia para manipular a sociedade dos seus objetivos conservadores baseados na alta produtividade para garantir acumulação do capital muitas vezes baseada nas relações de trabalho de acumulação primitiva, e no seu intercurso se posicionam como responsáveis pela balança comercial brasileira.

Esta realidade esconde o outro lado da moeda que é a superexploração do trabalho, a violência, o conflito, o trabalho escravo contemporâneo e o processo de exclusão dos camponeses. Como afirmam Fabrini; Roos (2014, p. 22) que:

Alguns autores entendem que o agronegócio tornou-se sinônimo de produtividade, mas uma produção/produtividade excludente, promotora da miséria, degradação ambiental, violências e tantas outras mazelas e barbáries.

O agronegócio vem representar a nova realidade no campo, com tecnologias de ponta, com uma produtividade e produção bastante significativa, mas também com a territorialização do capital constituída de relação de poder sobre o território e as relações sociais constituídas da violência, do confronto, da miséria e das desigualdades.

O conflito é a base da reação dos contrários, é o embate contra aos desmandos dos que concentram a terra. É o confronto entre os desiguais contra aqueles que impõem seus modelos de desenvolvimento territorial baseado na concentração da riqueza e da expansão da pobreza e da miséria.

Portanto a questão agrária está baseada nos pilares da desigualdade gerando a conflitualidade e simultaneamente o desenvolvimento, que transforma os territórios e modifica as paisagens. Com isso, novas formas de vida e mudanças de cultura e costumes, mudam ou reeditam o mapa da geografia agrária. No entanto, como afirma Porto-Gonçalves; Cuin (2013, p.19): “ o conflito é a contradição social em estado prático”. É no conflito que encontramos as relações sociais e de poder, e como exemplo teremos as oligarquias com suas visões pautadas na tradição, família e propriedade que ditam as políticas governamentais em prol de seus interesses.

No Tocantins, o caderno de conflito 2015 demonstra o quanto estamos vulneráveis ao tipo de ameaças e assassinatos, como por exemplo o pequeno trabalhador e todas as comunidades tradicionais (quilombolas, posseiros, extrativistas, indígenas, ribeirinhos) encontram-se nesta estatística. Observamos isto de perto, nos muros da nossa região, na cidade Barra do Ouro, (Gleba Tauá) que faz parte da microrregião de Araguaína.

A Gleba Tauá fica no município de Barra do Ouro em que vivem posseiros a mais de 70 anos com plantações de subsistência. Com o advento da grande produção, o agronegócio e a chegada dos gaúchos nesta região tudo mudou na vida desses camponeses. As terras que serviam de sustento para esta comunidade, tornaram-se um grande pesadelo, diante da violência e crueldade por parte dos agropecuaristas.

As ameaças é uma forma de calar e impor o seu poder diante do pequeno posseiro. Em uma das entrevistas com um dos posseiros na Gleba Tauá observa-se a violência imposta pelos donos do capital:

“Estou aqui desde da era de 52, aqui quando nós chegamos aqui era do estado, não tinha dono. O fazendeiro que se assentou aqui naquela época era de Carolina seu Justino Medeiros, mais ele não tinha documento de terra... o que ele tinha era gado que era muito bom, era vaca curraleiro e aí ele habitou essa fazenda e colocou o nome de Data Tauá. E aí meu avô veio depois e pediu um pedaço de terra para ele, e ele disse eu sou como vocês a terra não é minha e sim do estado. Esses Catarinenses chegaram em 1994 e criaram uma sede, em 1995 começaram a desmatar como vocês estão vendo aí...mas essas terras nunca foram demarcada. Por que o GETAT tirou terras para uns e outros não. E eles disseram que compraram dos fazendeiros que tinha título do GETAT, mas é mentira porque quem habitou a fazenda Tauá foi seu Justino Medeiro, e quando eles chegaram aqui seu Justino não existia mais, de jeito nenhum. Desde de 1996 eles começaram a me persegui. E diziam que eu tinha que desoculpar a terra deles que eles tinham comprado, dizendo que eu tinha invadido que eu era invasora. Eu perguntei qual é de nós dois é invasor? é eu que vocês que chegaram e me encontraram. Vocês que são invasor que vocês chegaram e me acharam. vocês tem que sair que a terrinha de vocês é muito pequena e a outra área grande é nossa, e nós vamos trabalhar e circular toda a área que vocês estão, e vocês não tem como sobreviver. derrubaram a casa minha com polícia, a primeira vez e 1997, eu falei vocês derrubam mais eu junto meus troços e vou nem que seja para debaixo de uma arvore dessa, mais não saio. e aí fiz minha casa de novo...meu filho desde de 1997 a gente vive de tanta perseguição, ameaça de morte, e agora em 2015 tornaram a derrubar de novo minha casa. pistoleiro para me matar[...] (Entrev. Dona Raimunda, abril 2015)

Portanto, evidencia a forma de conflito com os despejos violentos. Então de um lado temos uma agricultura mecanizada incorporada ao poder financeiro-tecnológico-latifundiário-midiático que exclui e cria os conflitos e violam a luta dos contraditórios. E por outro lado, temos os envoltentes na luta contra o cerceamento da liberdade e das cercas que aprisionam esses trabalhadores sem terra.

Ano	Número de ocorrência	Pessoas envolvidas
2014	58	18.746
2015	34	5.878
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>24.624</b>

Quadro 1-Conflitos do Campo no Tocantins 2014-2015

Fonte Conflitos no Campo Brasil, 2015. Org. Alberto P. Lopes

Tais ocorrências estão relacionadas com a terra e, sobretudo com o trabalho, ou seja, com as relações trabalhistas. O quadro demonstra a intensidade que vivenciamos os conflitos, nem sempre os números são reais, por que irá depender das denúncias. Vejamos que de 2014 a 2015 é um numero bastante expressivo de famílias na zona de conflito diante da expansão do agronegócio e sua concentração de renda. De 2014 a 2015 os números de ocorrência são de 92 pessoas. Destaca-se o número de pessoas envolvidas, sobretudo em 2014 que chega a quase 19.000 mil pessoas, enquanto que em 2015 são 5.878, totalizando esses dois anos com 24.624. Essas diferenças irão depender do momento da denúncia, como também em relação à atuação dos agentes

do Ministério público e policia federal.

Dessa maneira os conflitos no Brasil, ora diminui, ora aumentam em 2013 foram registrados 847 áreas no Brasil distribuído em todos os estados da federação, com 99. 798 famílias envolvidas. Em 2014 os números registrados pela CPT segundo o caderno de conflitos foram 1286 distribuídos em conflitos pela terra, conflitos pela água e conflitos por trabalho.

Da mesma maneira em 2015 os números seguem com 1217 com esta mesma configuração da terra, água e trabalho com um número de pessoas envolvidas de 816. 837. Até quando iremos continuar com o mapa das mortes e dos conflitos? Com o mapa da fome e da miséria no campo? Todas estas indagações estão pautadas na estrutura fundiária que por seu turno cria as desigualdades sociais, econômicas e a degradação ambiental. Esse discurso de bem estar social e econômico é o mesmo discurso da revolução verde que iria matar a fome no mundo, e isso não aconteceu. Produzimos muito mais de que a população existente no planeta, no entanto perdura a fome em todo o mundo

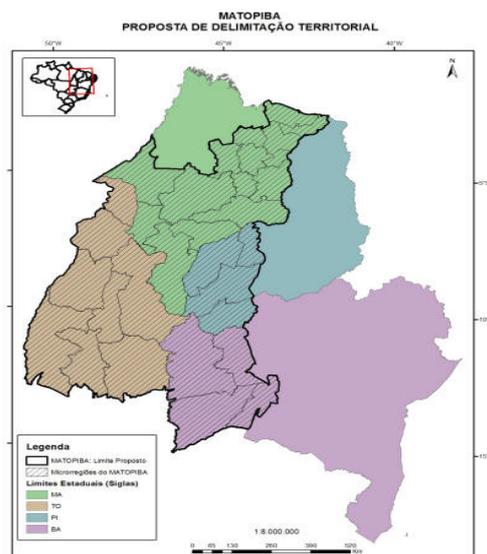
Os números de conflitos, assassinatos, ameaças têm muitas vezes uma ascendência, isso demonstra o quanto às oligarquias se instrumentaliza de políticas governamentais em prol dos seus interesses. Haja a vista a criação do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) que está alicerçado na dinâmica do auto padrão tecnológico e com o objetivo da produtividade e acima de tudo a expansão da propriedade, e como não bastasse um discurso de sustentabilidade. Sustentabilidade para quem? Para produzir ração de bois?

O Estado do Tocantins faz parte do projeto definido pelo governo federal à “nova fronteira agrícola” o MATOPIBA com o objetivo a expansão da agricultura em larga escala com novos empreendimentos para acumulação de riquezas. A reportagem da Brasil 247 (2015) mostra esta afirmativa em que 61 habitantes tem renda acima de 1 milhão, enquanto 623 mil passam fome. Assim, os dados são citados:

Considerado como o “Novo Eldorado”, o Tocantins viu crescer de 10 para 61 o número de pessoas com renda acima de US\$ 1 milhão, cerca de R\$ 2,61 milhões, entre 2003 e 2013; dados são de levantamento da Receita Federal com base nas declarações de Imposto de Renda de 2013; afortunados somam 0,004% da população; por outro lado, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 mostrou que 623 mil habitantes do Tocantins, 47% da população, sofrem com insegurança alimentar. ([www.brasil.247.com](http://www.brasil.247.com))

Dessa forma, o contraste representa de um lado o caráter concentrador baseado na expansão do agronegócio, e do outro a desolação, a expropriação e exclusão das comunidades tradicionais no campo. A região do MATOPIBA abrange um total de quase 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes. No Tocantins, são 08 microrregiões que abrange 139 municípios, cerca de 27.772.052 hectares, o que representa uma área de 38% do território tocantinense segundo a EMBRAPA. Mas observa-se de uma maneira analítica que o Tocantins apresenta todo o seu território envolvido com o projeto do agronegócio, conforme o Mapa de territorialização da

proposta do MATOPIBA.



Mapa 1: Delimitação territorial do MATOPIBA

**Fonte:** EMBRAPA. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 06 de julho de 2016

É a territorialização do capital sendo imposta pelo Estado e pelos donos dos meios de produção que explora e domina e que trás consigo as contradições e o conflito. A quem interessa? O discurso do agronegócio com a implantação do Projeto MATOPIBA vem com as mesmas roupagens da Revolução verde, dos transgênicos e porque não o discurso dos militares em relação à ocupação da Amazônia, em que vai haver uma responsabilidade social e o fim da pobreza. Como analisa Bruno (2008, p. 93):

Não se observa em contrapartida, uma mudança significativa na natureza das relações de trabalho: a intensificação de trabalho em especial nas regiões canavieiras, e o recurso ao trabalho escravo nas frentes de expansão são uma realidade e se constituem em campo de tensão e conflitualidade.

O que o Estado tem pensado conjuntamente com os donos dos capitais é com o processo produtivo e não nas relações de trabalho e vida dos trabalhadores. A realidade que se configura no novo estado segue as mesmas características de um país em que a questão da terra é algo a ser resolvido.

Não podemos pensar em reformas, se a estrutura continua nas mãos de uma pequena classe, que tem um poder de barganha para impedir avanços no contexto de uma nova organização fundiária em nível nacional. Tal classe, por sua vez, permanece com seus vícios, com seus desmandos, com sua força política para impedir a reforma agrária; utiliza-se ainda de sua força física quando se sente ameaçada no contexto das lutas dos trabalhadores que buscam um pedaço de terra, ou melhores condições de trabalho.

A distribuição de terras para os grandes capitalistas foi estratégia de governo no estado do Tocantins desde a sua criação: os lotes eram vendidos a preço simbólicos, para atender uma elite que se constituía e tinha o discurso de desenvolver uma região

que sofria com o abandono durante muito tempo. Como aponta Ribeiro:

Apesar de vários discursos apontarem para um 'Estado modelo' e sem vícios, ele tem sido um exemplo do vício, da politicagem, um estado em favor da elite que não se altera e personalizado em poucas pessoas. Porém, esta é uma das práticas silenciadas pelo discurso tocantinense. As poucas vozes que enunciam não têm espaço e são sufocadas aos poucos. (RIBEIRO, 2001, p. 112)

A politicagem segue pelo senhor governador Siqueira Campos quando escolheu proprietários de sua confiança para a grilagem do projeto Campos Lindos, em que desapropriou dezenas de camponeses que ali se encontravam desde início do século XX, para beneficiar os grandes proprietários de terras. Um dos discursos de um Deputado em 2001 na Câmara denuncia:

[...] todo Estado do Tocantins sabe, que o governador Siqueira Campos interferiu, sim, no processo de escolha dos novos ocupantes daquelas terras – indicando para elas gente da sua confiança, da sua amizade e, essencialmente, principalmente, gente em condições de retribuir a benesse com favores e benefícios. (...) Falo do então presidente da Infraero, SR. Adyr da Silva, contemplado e beneficiado com 1.541 hectares no Projeto Campos Lindos sete meses depois de garantir ao governador Siqueira Campos 80% do dinheiro necessário para a construção do novo Aeroporto de Palmas. (FREIRE JÚNIOR, 2002, p. 23.)

O discurso se construía no sentido de não chamar atenção dos órgãos públicos como o Ministério Público Federal, era como estivesse se concretizando uma suposta reforma agrária, que beneficiava grandes produtores. Dessa forma, os camponeses que segundo o Deputado foram expulsos e indenizados irrisoriamente foram várias vezes ao senhor governador pedir investimentos, em estradas, armazéns, energia elétrica e nunca tiveram sucesso. Em forma de decreto em 1996, a chamada grilagem pública, entre os beneficiários encontra-se a Ministra da Agricultura e Abastecimento e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) a senhora Kátia Abreu. No entanto, a reforma agrária velada para o grande produtor aconteceu.

Dessa maneira, o Decreto criado pelo então governador Siqueira Campos, declarou de utilidade pública a área desapropriada de 105 mil hectares no município de Campos Lindos, alegando por suposta improdutividade. Segundo o site Brasil de Fato (2015), citando a Carta Capital (edição 573, de 23/11/09), “a desapropriação foi a toque de caixa por ordem do juiz Edimar de Paula, que chegou à região em avião fretado apenas para decretar o ato. O valor da indenização, irrisórios R\$ 10 mil, foi pago a 27 produtores da região.”

A desapropriação serviu para agradar os amigos do governador, como a própria Kátia Abreu e seu irmão Luiz Alfredo Abreu que ficaram com 1,2 mil hectares cada. Esta é uma reforma contra-reforma, em que famílias camponesas passam fome enquanto uma minoria cresce seus privilégios e suas riquezas. Assim a metáfora é bem expressiva, o rei mandou e os servos obedecem, a terra beneficia aos amigos do rei.

### 3 | PARA NÃO CONCLUIR

A expansão do “novo negócio”, ou seja, o agronegócio, o resultado é a produtividade em grande escala acompanhada da exclusão social inter-relacionada com o processo de desigualdade, e de pobreza. O que se percebe é que a exclusão é uma categoria que trás consigo o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas. No campo, diante da exclusão imposta pela expansão do agronegócio, as comunidades que vivem de maneira simples, baseada numa agricultura rudimentar destinada ao consumo e ao pequeno excedente, vivem dilemas que se relacionam com a pobreza e a expulsão de suas terras.

Os posseiros em Barra do Ouro e Campos Lindos no norte do Estado do Tocantins sofrem o dilema de suas terras serem tomadas pela força do capital que alegam com documentos falsos serem proprietários, levando ao conflito e os despejos dos trabalhadores que vivem a mais de 60, 70 anos naquele lugar com uma produção de subsistência.

]Percebe-se que a exclusão está relacionada a uma determinação imposta pelos donos dos capitais em que concentra a riqueza, e estabelece critérios de trabalho. Nesses termos, a única forma de fazer com que o homem se torne incluso nesse processo é a capacitação funcional. E para isso é necessário, se capacitar em cursos técnicos para assumir as frentes de trabalho nas grandes propriedades e vender sua força de trabalho. Essa é uma forma também marginalizada em que sua força de trabalho servirá para outro, e não para si.

Nestes termos, estamos nos deparando numa visão estruturalista em que o Estado tem o dever de incluir o cidadão em frentes compensatórias para a sua vida social. No caso do campo teremos a distribuição de terras entre os camponeses. A exclusão gera a incapacidade do homem enquanto sujeito social em viabilizar a sua vida social, diante do nível de distribuição de recursos que gera a desigualdade.

Nesse caso, as ações individuais são necessárias para incluir-los na sociedade, como a participação nas instituições de ensino, a competição de trabalhos, a qualificação etc. Estas viabilizações tidas como individuais, requer o acesso do homem aos serviços necessários para ser competitiva a sua força de trabalho para o mercado.

Que a terra seja o chão do camponês e que o capital não o torne cativo de cercear o direito de sua liberdade.

### REFERÊNCIAS

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflitualidade. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-105

BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2013. Coordenação Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: Comissão Pastoral da terra – CPT, 2013.

BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2015. Coordenação Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentin Pinto de Andrade. Goiânia: Comissão Pastoral da terra – CPT, 2013.

LUZ, Valdemar P. da. (Org.) **Estatuto da terra**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1991.

CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In: Brasil. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br). Acesso: abril/2011.

CORRÊIA, L. B. Um fenômeno complexo. CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.77-80.

CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

FABRINI, J. E. ; ROOS, D. **Os conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERRAZ, S. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**; sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética Editora, 1998.

FREIRE JÚNIOR. **Um negócio entre amigos**. (sete discursos, muitas denúncias). Câmara dos Deputados. 51<sup>a</sup> Legislatura – 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa. Série. Separatas de discursos, pareceres e projetos nº 276/2001. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 3.<sup>a</sup> reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a geografia).

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RIBEIRO, Fabrizio de Almeida. **A invenção do Tocantins**: memória, história e representação. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em história das sociedades agrária) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. 2001.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Sites: Disponível:<http://www.brasil247.com/pt/247/tocantins247/167011/TO-tem-61-ilion%C3%A1rios-e-623-mil-que-passam-fome.htm>. Acesso: 18/06/2015

Brasil de Fato. Disponível: [www.afnoticias.com.br](http://www.afnoticias.com.br) **MPF apura favorecimento de Kátia Abreu em projeto criado por Siqueira Campos**. Acesso: 18/06/2015

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-019-3

